



Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 1979

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Palácios.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro, Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Sil-vério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Fran-cisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Puglie-si, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO WILSECK FILHO, ocorrido ontem, na localidade de Bateias, Município de Campo Largo.

O extinto era membro de tradicional e centenária família daquela localidade, onde tornou-se credor da simpatia e admiração de toda a população, tanto de Bateias, como de Campo Largo, graças às suas iniciativas de caráter filantrópico, sendo um autêntico líder comunitário, motivo pelo qual o seu desaparecimento causou geral consternação no seio da sociedade daquele município.

Requerem, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, em Bateias, Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1979.

(aa) NELSON BUFFARA, CARLOS ZANLORENZI e
FABIANO BRAGA CÔRTEES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atri-

buições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pro-fundo pesar pelo falecimento do Sr. VIRGÍLIO CAS-TAGNOLLI, ocorrido ontem, na cidade de Campo Largo.

O extinto pertencia a tradicional e conceituada família de Campo Largo, onde exercia atividades na indústria e co-mércio, tendo o seu desaparecimento causado geral consternação na sociedade local, onde era bastante conceituado e benquisto graças ao seu caráter íntegro de homem trabalha-dor e honesto, bem como exemplar chefe de família.

Requerem, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, em Cam-po Largo.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1979.

(aa) NELSON BUFFARA, CARLOS ZANLORENZI e
FABIANO BRAGA CÔRTEES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-ções regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO OSÓRIO TEIXEIRA, ocorrido em data de ontem, em trágico acidente na Rodovia BR-476, proximidades de São Mateus do Sul.

O extinto era comerciante em União da Vitória, onde granjeou enorme prestígio pela sua sempre dedicada participa-ção voltada para o desenvolvimento e bem estar de toda a comunidade.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribui-ções regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inse-rido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de CONGRATU-LAÇÕES ao jornalista DINO ALMEIDA, pela passagem do 15.º aniversário de sua brilhante atuação na Coluna da "Gazeta do Povo".

Dino Almeida iniciou suas atividades jornalísticas no ano de 1.955, no jornal "A Tarde", passando posteriormente a emprestar sua preciosa colaboração aos jornais "O Dia" e "Diário do Paraná", de onde, em 1964 transferiu-se para a "Gazeta do Povo", agora sob a competente direção do ilustre jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Além de sua coluna na "Gazeta do Povo", Dino Almeida produziu e apresentou, durante vários anos, no Canal 12, o programa "Dino Almeida Convida".

Dino Almeida, a par de suas atividades jornalísticas, é também advogado, tendo escrito já três livros: "Bandeirantes do Progresso", dois volumes e "Mil Pensamentos Preferidos".

Atualmente escreve o III volume de "Bandeirantes do Progresso", que deverá ser publicado ainda este ano, assina-lando seus vinte e cinco anos de colonismo, cujas comemora-ções se iniciam no próximo dia 06 de outubro.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao nominado, para o seguinte ende-reço: rua 15 de novembro n.º 270 - 3.º andar.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Em virtude de no dia 28 de junho do corrente, a maioria dos Senhores Parlamentares com assento nesta Casa Legislativa, seguirem até a Central Hidrelétrica de ITAIPU, o Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transferência do horário da sessão daquele dia, para às 10,00 horas da manhã.

Outrossim, requer a suspensão dos trabalhos desta Casa no dia 29, em virtude da visita que os Senhores farão a ITAIPU Bi-Nacional.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, solicitando urgentes medidas visando a instalação de uma Agência do INAMPS, no Município de Toledo.

Requer, também, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

Toledo está a merecer de há muito uma agência do INAMPS, sempre prometida mas nunca instalada.

A população aguardava sua instalação ainda no Governo de Jayme Canet, pois no ano de 1976 ele garantia ao povo de Toledo que dentro de oito meses seria inaugurada essa agência.

O município, cuja população é de aproximadamente cem mil habitantes, necessita, portanto, urgentemente de serviço social do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Ney Braga, Governador do Estado, solicitando as seguintes informações:

1. Como se processou a absorção, pelo Estado do Paraná, do patrimônio da UPE - União Paranaense de Estudantes?
2. Quais os bens, de maneira minuciosa e descrição individualizada, que foram absorvidos pelo Estado?
3. O Governo do Estado viabiliza uma maneira de retorno de tais propriedades ao domínio e administração do estudantado universitário?

Requer, outrossim, seja enviada cópia deste requerimento aos Diretórios Centrais de Estudantes da Universidade Federal do Paraná, Universidade Católica do Paraná e Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

a) A União Paranaense de Estudantes - UPE - era a entidade representativa de todos os estudantes universitários do Paraná. As lutas políticas que travava tanto no campo es-

tudentil como nacional, uniam os estudantes de todos os recantos do Estado. Os serviços materiais que prestava à classe estudantil eram os mais diversos como: refeições pelos menores preços à época; promoções culturais em todos os níveis além de diversas assistências aos universitários.

b) O estudante do interior do Estado, chegando a Curitiba, encontrava na UPE uma nova família, uma vez que a entidade, pelo que representava e fazia, era a verdadeira Casa do Universitário, pois prestava à classe todo apoio necessário, inclusive material.

c) A UPE era a garantidora do entrosamento da classe universitária paranaense, principalmente porque todas as suas atividades sempre foram administradas e promovidas pelos próprios estudantes.

d) A União Paranaense de Estudantes evidenciava suas lutas em torno de autonomia universitária, pela participação dos estudantes na administração das universidades, pelo ensino gratuito em todos os níveis, pela liberdade intelectual, em defesa da soberania nacional, em defesa da democracia, contra o arbítrio e o imperialismo estrangeiro.

e) Neste momento em que o movimento estudantil, em todos os Estados do País, começa a evoluir novamente, conquistando seu legítimo espaço na luta de seus direitos e, por consequência, da sociedade brasileira, urge que todos nós preocupemo-nos com a UPE, pois ela deve voltar, inclusive com seu patrimônio.

f) Com a reconstrução da UNE, sem dúvida alguma, os estudantes voltarão a participar da vida cultural, social, econômica e política da Nação, pois - efetivamente - eles serão os condutores do País no futuro.

g) Enfim, o Paraná, cuja Capital é considerada a Cidade Universitária, também deverá ter suas organizações político-estudantis atuando livremente. Os estudantes universitários de nosso Estado, inclusive, já estão se organizando para poderem defender as nobres causas sociais que sempre motivaram e motivam os estudantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitação no sentido de que sejam criados os Distritos Judiciários de Alvorada D'Oeste, Juvínópolis e Rio do Salto, no Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato da necessidade de atender os reclamos daquela laboriosa população.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná S/A., solicitando a instalação de um mono-canal telefônico na localidade de Vila Vitorassi, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Dentro do programa governamental de expansão da telefonia no Estado do Paraná, através da instalação de redes físicas e mono-canais telefônicos, solicitamos que esse benefício seja estendido também à localidade de Vila Vitorassi, no Município de Foz do Iguaçu, pelas razões que passamos a expor, e considerando os levantamentos e dados que poderão ser efetuados e obtidos "in loco", que indicarão a necessidade desta

instalação por ser Vila Vitorassi uma progressista localidade, servida de comércio e indústrias de pequeno porte, cujo crescimento depende, entre outros fatores, dos modernos meios de comunicação, essencialmente o telefone.

Asseguramos e fundamentamos que a instalação deste serviço da TELEPAR na localidade em tela, será de imensurável proveito pela população local.

Não passamos a apresentar dados estatísticos, uma vez que estes poderão ser obtidos através de levantamentos, que necessários são para constar do projeto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da TELEPAR -- Telecomunicações do Paraná S/A., solicitando a instalação de um mono-canal telefônico na localidade de Vila Bendo, no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Dentro do programa governamental de expansão da telefonia no Estado do Paraná, através de instalação de redes físicas e mono-canais telefônicos, solicitamos que esse benefício seja estendido também à localidade de Vila Bendo, Município de Foz do Iguaçu, pelas razões que passamos a expor, e considerando os levantamentos e dados que poderão ser efetuados e obtidos "in loco", que indicarão a necessidade desta instalação, por ser Vila Bendo, uma progressista localidade, servida de comércio e indústrias de pequeno porte, cujo crescimento depende, entre outros fatores, dos modernos meios de comunicação, essencialmente o telefone.

Asseguramos e fundamentamos que a instalação deste serviço da TELEPAR em Vila Bendo será de imensurável proveito pela população local.

Não passamos a apresentar os dados estatísticos, uma vez que estes poderão ser obtidos através de levantamentos, que necessariamente serão feitos, para constar do projeto de instalação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente da TELEPAR -- Telecomunicações do Paraná S/A., solicitando a instalação de mono-canal telefônico na localidade de Vila Marquezita, no Município de Matelândia.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Vila Marquezita, próspera e progressista, em vias de tornar-se Distrito Administrativo de Matelândia, possui uma infra-estrutura assentada basicamente na agricultura, cujos resultados geram em consequência de um comércio que desponta e se afirma diariamente, ao lado de uma pequena indústria extrativa na própria localidade.

Este desenvolvimento carece todavia, para tornar-se mais intensivo e efetivo, dos benefícios proporcionados pelos modernos sistemas de comunicação, no caso, o telefone.

Requeremos portanto, a atenção especial da TELEPAR, para que, dentro da maior urgência, proceda a instalação de um posto mono-canal telefônico em Marquezita, uma vez que essa empresa já possui os dados técnicos e legais devidamente cadastrados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER respeitosamente, após ouvido o Plenário, seja oficiado a Sua Excelência Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a construção de rodovia pavimentada do trecho que liga Formosa do Oeste, Paulistânia e Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A formulação deste pedido prende-se à necessidade de se possibilitar melhor locomoção aos moradores das localidades de Formosa do Oeste, Paulistânia e Alto Piquiri, podendo desta forma este trajeto ser percorrido em menor tempo e com maior segurança, visto o perigo que se apresenta principalmente em dias chuvosos.

Esta região é também grande contribuinte no setor agrícola do nosso Estado, havendo pois, necessidade de melhoramento desta rodovia, facilitando, assim, o escoamento de suas produções.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 87/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os requerimentos de informações formulados pela Assembléia Legislativa nos termos da Constituição Estadual, deverão ser respondidos pelo Governador do Estado dentro de 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento do respectivo pedido.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, dispõe sobre a fixação de prazo ao Poder Executivo para responder a requerimentos de informações formulados por esta Casa.

A Constituição Estadual em seu artigo 47 -- XVIII, que se refere às atribuições do Chefe do Poder Executivo, não trata de prazo em que tais proposições devem ser respondidas a esta Casa pelo Governador do Estado e diz que os prazos deverão ser fixados em lei, fato este que não pode perdurar por mais tempo.

Podemos afirmar, ainda, que a omissão consumada pela atual legislação vem causando entraves ao bom desenvolvimento das atividades desta Assembléia Legislativa, notadamente aos requerimentos de informações, que constituem elementos imposteráveis deste Poder e através dos quais "se efetiva a função legiferante das Assembléias e Câmaras legislativas".

É certo também, que das respectivas respostas depende, em muitos casos, o posicionamento dos nobres Pares face a relevantes matérias a serem procedidas pela Casa.

Em assim sendo, a medida consubstanciada no presente projeto de lei se impõe em nome dos interesses deste Poder, visto que contribuirá, de modo eficaz para o aprimoramento da atividade parlamentar.

PROJETO DE LEI N.º 88/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "LIGA DAS DAMAS DE CARIDADE DE JANDAIA DO SUL", com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche as finalidades a que se propõe e tem por fim desenvolver a ação social, em todos os seus aspectos e promover o aperfeiçoamento intelectual, moral e religioso, não só de suas associadas, como também de todos aqueles que com elas queiram cooperar na prática da caridade cristã.

Por último, esta Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul, manterá e administrará a Creche Paroquial "Raio de Luz".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Adelar Delatorre, Presidente da Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Vera Cruz.

O SR. WALDYR PUGLIESI -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Passados mais de quatro meses do assassinato do ex-Sargento Alberi Vieira dos Santos, numa localidade do oeste paranaense, sequer se abriu inquérito para apurar a autoria do crime, praticado, segundo todas as indicações, por motivos políticos.

Cansados de reclamar à autoridade competente, a família e o advogado se valem de várias tribunas para chamar a atenção do Ministro da Justiça para esta grave omissão de um dever legal, por parte das autoridades policiais do Paraná.

Não é sob a invocação de Nêmesis que se exige a punição dos culpados. Está em jogo um interesse social cuja defesa incumbe a qualquer governo digno deste nome.

Pois se a impunidade já de si suscita alarma social, a omissão do elementar dever legal da abertura de um inquérito não pode menos que produzir pânico numa sociedade juridicamente organizada.

Para começar, recordemos que Alberi Vieira dos Santos foi um dos comandantes de um movimento guerrilheiro que, em março de 1965, ocupou a cidade gaúcha de Três Passos.

O movimento, como se sabe, foi prontamente desbaratado, e seus participantes presos, processados e condenados.

O ex-sargento Alberi Vieira dos Santos cumpriu cerca de nove anos de prisão, ao fim dos quais tentou viver no Rio. Malgrado estivesse quites com o regime, a sanha persecutória de elementos dos órgãos de segurança não lhe dava tréguas, infernizando sua vida.

Em 1976, aceitou o oferecimento de um emprego como capataz de uma fazenda em Rondonópolis, no Mato Grosso. Casou-se e no momento de sua morte tinha um filho de tenra idade.

Em janeiro de 1977, um seu irmão chamado José Vieira dos Santos, com vinte e poucos anos de idade, foi encontrado morto no Parque Nacional do Paraná. Possuímos fotografia do estado em que foi encontrado o cadáver: Está nu e horivelmente mutilado. Os testículos foram arrancados e os braços retalhados; uma estaca, enfiada no olho direito, teve saída na região occipital. Aparecem, nitidamente, os sinais de um sem número de tiros de armas pesadas. José Vieira dos Santos era pastor evangélico e jamais desenvolvera qualquer atividade política.

Não obstante, parecia-se fisicamente a Alberi e este, que se sentia seguido, chegou à conclusão de que o irmão fora morto por engano.

Embalde, Alberi pediu providências às autoridades policiais de Foz do Iguaçu.

Resolveu, então, investigar o crime por conta própria. Em meados de dezembro de 1978, procurou-nos em nosso escritório profissional em Porto Alegre, mostrando a documentação que reunira e solicitando nosso interesse pelo caso. Os documentos incriminavam autoridades policiais, algumas delas

altamente qualificadas, do Oeste paranaense. Sugerimos a Alberi que completasse a documentação em inúmeros aspectos considerados essenciais para a perfeita determinação da responsabilidade daquelas autoridades. Ele aquiesceu e ficou de nos procurar tão logo concluísse a coleta de elementos solicitados.

Esclareça-se que Alberi Vieira dos Santos nos declarou sentir-se ameaçado em sua vida. Por isso, andava armado e movimentava-se com extremas precauções. Contudo, antes de deixar Porto Alegre, concedeu longa entrevista a um mensário local, descrevendo as peripécias de sua experiência guerrilheira em março de 1965.

No dia 2 de fevereiro do corrente ano, o ex-sargento telefonou-nos de Mato Grosso, dizendo que a documentação estava completa. "Peguei eles, doutor", declarou-nos triunfante. Combinamos o dia 14 de fevereiro, para um encontro em nosso escritório profissional.

No dia 10, saiu de casa dizendo à esposa que viajaria para Porto Alegre. Segundo ela, encheria uma pasta com documentos, referentes ao assassinato de José Vieira dos Santos. O ex-sargento saiu de automóvel, com a intenção de viajar para Curitiba e aí, depois de falar com seu patrão, que vivia nessa cidade, embarcaria em um avião para Porto Alegre.

O ex-sargento não compareceu ao encontro no dia 14 de fevereiro. No dia 19, recebemos a notícia de que fora encontrado morto numa estrada perto da cidade paranaense de Medianeira. O corpo estava crivado de balas calibre 44. O rosto fora mutilado com a manifesta intenção de torná-lo irreconhecível. O automóvel e a pasta com documentos haviam desaparecido. Transportado o corpo para Foz do Iguaçu, foi alguns dias depois identificado pela esposa e outros familiares e dado à sepultura na mesma cidade.

Os familiares, as autoridades de Foz do Iguaçu e Medianeira declararam nada saber sobre a autoria do bárbaro assassinato, mas nem sequer lhes tomaram os depoimentos. E conforme se disse, tampouco instauraram o inquérito para investigar o fato.

É voz corrente no Oeste paranaense que o ex-sargento foi morto por elementos policiais orientados e dirigidos por remanescentes dos órgãos de segurança que, depois da morte do jornalista Herzog, foram remanejados de São Paulo para o Paraná. Inadaptados às novas condições reinantes no País, esses elementos estariam agindo à revelia de seus superiores, dos órgãos a que haviam pertencido.

O caso do ex-sargento não é o único atribuído a esses energúmenos.

Para terminar, Sr. Presidente, é preciso admitir que o Governo não está interessado em práticas como essa que vitimou o ex-sargento, depois de haver vitimado tantos militantes políticos brasileiros no curso de vários anos.

Para preservação de sua credibilidade e de sua honra, o Governo não pode deixar de mandar investigar eficazmente esse crime. Mesmo porque a impunidade dos assassinos lhes servirá de estímulo para a prática de novos crimes.

Com a palavra as autoridades competentes do Estado do Paraná.

Precisamos de esclarecimentos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) -- Registramos com satisfação a presença da Senhorita Soraia Souza Costa, Rainha do Soja do Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. DARCY DEITOS -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para encaminhar um requerimento dirigido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL e que está vazado nos seguintes termos:

(LÉ): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da COPEL, solicitando que seja imediatamente restabelecido o fornecimento de energia elétrica para as propriedades rurais dos cooperados da CERCAM de Campo Mourão, cujo fornecimento foi susado por falta de pagamento daquela Cooperativa, acarretando prejuízos incalculáveis aos produtores rurais cooperados.

Sala das Sessões, em 20 de junho de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão, município essencialmente agrícola, e um dos maiores produtores de todo o Estado do Paraná, foi surpreendido em suas propriedades rurais atendidas com energia elétrica, através da CERCAM-Cooperativa da Eletrificação Rural de Campo Mourão, a qual adquire da COPEL e distribui, com corte desse fornecimento.

Consta-nos que a referida Cooperativa está com o pagamento atrasado a mais de dois meses e que seu débito junto à COPEL é de aproximadamente de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros), importância essa já recebida pela Cooperativa, deixando a mesma de repassar a referida importância, motivo do corte, o qual vem causando prejuízos incalculáveis aos produtores rurais servidos pela mesma, haja visto que já incorporaram em suas atividades agrícolas o consumo da energia elétrica, fazendo com que graneleiros fiquem parados, produtos apodreçam, trituradores não possam produzir rações e nas granjas avícolas haja inúmeras perdas pela falta de aquecimento nas estufas.

Sente-se nesse episódio a dificuldade de detectar quem é o culpado, se a Cooperativa que as recebeu dos produtores rurais e empregou em melhoria de suas linhas com o aumento da distribuição; se o Governo que por ser estas cooperativas de pequeno porte, sem muita expressão dentro do cenário paranaense, fiquem relegadas a segundo plano sem receber o apoio devido; ou se existe o desejo visível da COPEL de praticamente liquidar com as Cooperativas de Eletrificação Rural do Paraná, para que ela faça essa implantação no meio rural e imponha os preços e condições que melhor lhe aprouver, por quem, como é sabido de todos, o custo da energia na área rural através das cooperativas é sem dúvida alguma bastante baixo.

Deste episódio cabe-nos perguntar o porquê de atitudes como essas não são tomadas contra as grandes cooperativas tais como a COTRIGUAÇU cuja corrupção foi amplamente divulgada pela Imprensa. Cabe-nos perguntar também o porquê dessa atitude, pois a mesma contraria normas dadas pelo Ministério da Agricultura, que é de se dar todo o apoio ao pequeno agricultor e produtor rural de nosso País.

Diga-se, ainda, que a CERCAM cujo débito levou ao corte de fornecimento pela COPEL, solicitou da mesma um parcelamento do débito a cerca de quinze dias, e sem a solução esperada, veio somente o corte no fornecimento.

Nosso objetivo nada mais é do que trazer a essa Casa a apreensão dos produtores que são o sustentáculo de porte da economia paranaense e brasileira, que dão o seu suor e o seu sacrifício em prol de tão desejado desenvolvimento, e que todos nós queremos para a Nação brasileira, que são os produtos do Município de Campo Mourão."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos dias 12 e 13, comparecemos, a pedido da Câmara Municipal de Maringá, e representando-a e a comuni-

dade maringaense, ao I Concurso Estadual de Oratória, promovido pelo Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de Curitiba.

Tivemos oportunidade de, como membro da Comissão Julgadora e, como disse, representando a Câmara Municipal de Maringá, de ouvir atentamente vinte jovens universitários de todo este Estado, que concorreram, naturalmente, ao primeiro lugar naquele Concurso de Oratória.

Caíu-se vencedor, o jovem Paulo Rodrigues Vieira, moço de 19 anos de idade, filho de operário, que vem lutando com grande dificuldade, como a maioria dos estudantes brasileiro para conseguir cursar o nível superior.

Mas, ao lado de apresentar as nossas mais sinceras congratulações aos promotores do concurso, os Diretores do Diretório Acadêmico Clotário Portugal eis que foi, sinceramente, um concurso muito bem elaborado, com organização perfeita, recebendo os membros da Comissão Julgadora que vieram de todas as partes do Paraná, fidalgamente, ao lado destas congratulações, o que me traz à tribuna é exatamente ressaltar de como se desenvolveram as discussões dos temas apresentados:

Vinte jovens que concorreram aos prêmios, pelo menos dezessete deles, mesmo quando falavam por exemplo, sobre o tema "O Homem e a Energia Nuclear", ou, o "Desequilíbrio Ecológico Brasileiro", ativeram-se muito mais na preocupação que está a rondar todo o nosso País, que é a transição política pela qual passamos; vimos homens nascidos nesta Capital, e até não brasileiros, defenderem, durante os seus discursos, os seus pronunciamentos, uma maior liberdade democrática, uma maior distribuição de rendas, o ensino gratuito em todos os níveis; vimos, emocionados, que, mesmo depois de quinze anos amordaçados pelas leis de exceção vigente neste País, a nossa juventude comparece aos atos públicos, têm noção e conhecimento do que pretendem, da sua real posição e do seu real papel na vida política brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao encontrarmos, por exemplo, com o jovem Paulo Rodrigues Vieira, de Maringá, e este relatar que seu pai trabalha a 40 km. de distância da cidade, ganhando salário mínimo, que tem cinco irmãos e com esforço dele, dos irmãos e as lágrimas e suor do pai, ele consegue ir para a Universidade que lhe cobra quase Cr\$ 1.000,00 de mensalidade.

Vem esse jovem a nos comunicar, que acaba de ganhar uma bolsa de estudo para ir para a França fazer especialização em francês, mas que não podia sair do Brasil, porque não tinha dinheiro para pagar a passagem e nem tão pouco, condições para deixar o seu pequeno emprego, que muito auxilia a sua família. A gente fica realmente a meditar: será que nós, mais velhos um pouco, estamos cumprindo o nosso papel, quando findados a mandatos eletivos e lutando efetivamente para que o ensino seja gratuito em todos os níveis, para que haja melhor distribuição de renda, para que haja realmente condições, para que tantas inteligências que estão hoje sufocadas entre os nossos jovens, possam dar amanhã, sua contribuição para um maior desenvolvimento do País, ou nós estamos sendo levados de roldão por uma juventude que, como disse, mesmo amordaçada há muitos anos, tem mais coragem de defender os seus direitos.

Tem mais coragem de posicionar-se ideologicamente até, quando tem oportunidade de falar em público, do que a grande maioria dos homens públicos deste País e, principalmente, a grande maioria dos homens que sustentam esse regime que aí está.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados.

Ontem ao chegarmos, no final da sessão plenária, ao nosso gabinete, recebíamos telefonema da cidade de Vera Cruz, do seu Prefeito Municipal. Hoje, pela manhã, de várias pessoas que compõem a comunidade de Vera Cruz do Oeste e por sinal, aqui presente, na nossa galeria de honra, o Sr. Adelar Delatorre, Presidente da Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Vera Cruz, toda a comunidade e suas lideranças, ficaram altamente apreensivas com a notícia levada à comunidade pelos jornais e pela imprensa falada, com referência ao requerimento de ambas as lideranças desta Casa, para que todos os anteprojetos que tentam emancipar distritos, na qualidade de municípios, fossem retirados da Ordem do Dia e de pauta, para serem levados a uma comissão especial que será criada por esta Casa, e nós estamos aqui para apelar com veemência aos Senhores Líderes, para que constituam urgentemente esta comissão, porque o Distrito de Vera Cruz, com o seu projeto tecnicamente montado, com uma reunião havida de todas as lideranças comunitárias e políticas de todos os partidos, estiveram com Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, e esse, após apreciar o projeto de Vera Cruz, garantia aos Srs. Deputados Egon Pudell e Fuad Nacli, de que após a Assembléia Legislativa aprovar, receberia a sanção do Sr. Governador do Estado, porque Vera Cruz, com dados concretos que temos em nossas mãos, significará para o Paraná mais um município progressista que nos ajudará, no encaminhamento do progresso e do desenvolvimento do Estado do Paraná.

Vera Cruz é um distrito, cuja população é de trinta e três mil habitantes, com nove mil e seiscentos eleitores, com a infraestrutura montada com correios, bancos, posto de saúde, galerias fluviais, telefone em DDD e DDI, escolas de 1.º e 2.º graus; asfalto que liga a BR 277 ao Distrito de Vera Cruz.

Toda a população reclama e espera de que nós Deputados, que representamos o seu povo, tenhamos as condições para urgentemente, realizarmos a aprovação da emancipação de Vera Cruz do Oeste. Não represento aquele distrito, e nem tão pouco o Município de Vera Cruz, mas já tive em poucos segundos atrás, apresentado aos Deputados Egon Pudell e Fuad Nacli, que se uniram para a emancipação de Vera Cruz.

Nós apelamos, desta tribuna, para que a Assembléia Legislativa do Estado estude, com urgência, o projeto que cria Vera Cruz, que fará a sua população com mais vontade e mais dinamismo, trabalhar em benefício do progresso do nosso Estado.

Conhecemos Vera Cruz; um distrito até mesmo maior do que a sede municipal que é Céu Azul, e as comunidades de Céu Azul e de Vera Cruz, em reuniões já discutiram, e já chegaram a uma conclusão: tanto Vera Cruz quer sua emancipação, quanto Céu Azul deseja que Vera Cruz se emancipe para que tenha a sua vida própria, para que o seu desenvolvimento nasça embasado na coragem, no dinamismo e no trabalho da população que reside naquele distrito.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o apelo que nós fazemos, em benefício da população de Vera Cruz, de Céu Azul e porque não dizer, de todo o Oeste paranaense.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando falávamos ontem, sobre as providências que estão sendo adotadas pelo Governo do Estado, para atender às aspirações do professorado paranaense, mencionamos a manifestação feita em nome dos professores do Município da Lapa, pela Professora Yara Scandelari Milczenski, saudando o Governador do Estado, por ocasião do duocentésimo décimo aniversário do Município da Lapa, e tão somente para

fazer significar através desta tribuna, o estado de espírito dos professores, em relação ao Governo Ney Braga. E para que os Anais desta Casa registrem a manifestação espontânea de um núcleo de professores, trago a íntegra da saudação feita pela Professora Yara Scandelari Milczenski ao Governador Ney Braga. — (Lê):

"Nós, as professoras reconduzidas ao mister na Lapa, sabemos que, quando a decisão que revogou o nosso prelúdio de infortúnio foi tomada, baseou-se certamente em um impulso de justiça. E, que por isso mesmo, Ney Braga, você sabia não carecer de manifestações de gratidão, pois o que é justo é devido, portanto, obrigação cumprida. Acontece que, muitas vezes, o rigor da máquina estatal subestima o ser humano que é em última análise a meta em qualquer ação planejada.

Nós professoras e mães de família cedíamos por não questionar nesse compromisso, mas relutávamos em aceitar um fato consumado tão conflitante e porque não desnecessário, pois quem melhor que um mestre para entender a extensão do termo "conciliar". Ponderamos em coro com tantas outras, e clamamos no deserto. Verberamos, ostensivamente ou não, contra o caos desmedido que nos ameaçava de todos os lados: mudança de colégio; mudança de cidade; desordem familiar; profissional; econômica; emocional, algumas suportáveis, outras quiçá definitivamente irreversíveis em sua dimensão negativa. Em apelos ao nosso prefeito, recebemos sempre o incentivo a continuar, a confiar, pois havia uma esperança, esperança em você Ney Braga, que sempre deu muito valor e tem muito carinho para com os mestres.

E assumimos o nosso calvário...

Então você voltou. Voltou, viu e agiu.

Perdoe-nos se não empregamos o tratamento epistolar que lhe é devido.

Acontece que a correção da medida que nos afligia só podia ser tomada por alguém que sentisse realmente a nossa situação - um ser humano igual a nós, um pai de família, que, por suas inequívocas qualidades enobrece e engrandece a Pátria brasileira, a qual tem servido com toda a eloquência de sua capacidade, mas que para nós, agora mais do que nunca é o lapeano Ney Braga, o homem que sente e, portanto age como um ser humano. É que age na direção dos sentimentos positivos, procurando aplicar medidas humanas, acertadas, que, com eficácia, projetarão nosso Paraná na devida consonância com as metas que você se propuser a atingir.

A sempre renovada emoção que causa sua presença nesta cidade que o viu nascer, que ouviu o acalanto de dona Mirazinha no aconchego de um lar saudoso, mas cuja reminiscência há de ser por você uma das doces lembranças de um passado distante, nos faz talvez audaciosas, mas nem por isso desobrigadas de apresentar a nossa imorredoura gratidão. É o lugar-comum mais bem posto que jamais seria superado por qualquer outra forma, pois não encontramos nada mais completo nem mais simples para externar o nosso muito obrigado, Ney Braga.

Como Governador, você sabe que nós e todas as professoras reconduzidas às suas origens têm redobrado alento para desempenhar sua missão, e disso pode estar certo.

E, felizes, voltam ao trabalho, operárias eficientes, batalhadoras da primeira linha, prontas a desempenhar com toda a lealdade o papel que nos cabe nessa máquina estatal humanizada por você.

Nem precisamos sugerir igual consideração em ocasiões semelhantes pois sabemos que o Paraná tem à sua frente um homem justo.

Muitas felicidades para você e todos os que lhe são caros.

As professora lapeanas que foram e voltaram..."

Senhor Presidente, este pronunciamento da Professora Yara Scandelari Milczenski retrata o estado de espírito dos pro-

fessores nos dias atuais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas trago ao conhecimento desta Casa que, no Estado de Minas Gerais, tivemos o encerramento de uma CPI, instalada em 1977, que analisou e abordou em todos os seus aspectos, o problema do menor abandonado. E, a definição não foi outra, senão a consequência do "modelo econômico que gerou a marginalização do menor".

No relatório de mais de 80 páginas, datilografado em espaço 1, afirma o relator desta CPI: "A observação do desenvolvimento a qualquer custo, trouxe a teoria econômica para reger o Governo, e todos sabemos que a economia é amoral e aética. A falta de conteúdo humanista na filosofia dos recentes governos e a ausência de estadistas no Poder, são as causas do equívoco de se confundir crescimento econômico com desenvolvimento social. Assim, o bem-estar social foi relegado a um humilhante secundarismo nas prioridades dos governos.

Antes de mais nada, cumpria alcançar um lugar de destaque mundial na arrecadação de produto interno bruto, e fazer o País funcionar como uma colossal empresa, pontual em seus compromissos financeiros com os banqueiros mundiais".

"Os 25 milhões de menores carentes - segundo aquele relatório - os filhos subnutridos dos operários que trabalham 12 horas ou mais por dia e mesmo assim não conseguem alimentá-los. Os três milhões de abandonados de Minas são os filhos dos derrotados, que sucumbiram à própria paternidade. Tudo que se fizer no País para agasalhar esses menores carentes e abandonados, não passará de paliativo, de terapia das consequências.

A solução, a profilaxia desse câncer social, está em debater sua causa principal: a concentração da renda nas mãos de uns poucos, enquanto a grande maioria se debate na miséria".

Este o relatório, o parecer final da CPI do Menor Abandonado em Minas Gerais. E nós lembramos que aqui no Paraná, a Assembléia Legislativa continua vivamente interessada no problema do menor abandonado e, amanhã mesmo, teremos uma nova reunião, às 9 horas, na Sala das Comissões, para a qual nós convidamos todos os Srs. Deputados, a imprensa e os demais funcionários deste Legislativo. Porque é importante a participação global; a participação de todos neste que é o mais grave problema do Brasil.

Bem disse Dona Ecléia Guazelli, atual Presidente da FUNABEM: disse que se caso ela tivesse poder decisório, dentro do regime político nacional, ela simplesmente colocaria os 40 milhões de dólares empregados no projeto nuclear, brasileiro, no setor educacional.

Diz ela que o que se faz no Brasil é justamente o contrário, procura-se desenvolver o País como grande potência, para depois educar o povo.

Deveríamos, é claro, primeiro educar o povo, para depois então, levar o País a uma condição de potência mundial.

Nós queremos, finalizando, Sr. Presidente, mais uma vez, deixar claro o nosso convite, para amanhã, quinta-feira, dia 21, às 9 horas, na Sala das Comissões desta Casa Legislativa, para a presença do Delegado Titular da Delegacia de Proteção ao Menor, Dr. Daniel Paulo Issberner.

Às 9 horas, teremos início então a reunião, com a presença deste Delegado. Aproveitamos para agradecer as presenças honrosas dos Srs. Deputados na última reunião: José Domingos, José Tavares, Lineu Turra, Quielse Crisóstomo, Florisvaldo Palácios, Adalberto Daros, o nosso grande Presidente, Fabiano Braga Côrtes, Nilso Sguarezi, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Antônio Romero, Tadeu Lúcio Machado, Gilberto Carvalho, Nelson Friedrich, Gernote Kirinus, Fiori Luiz e Antônio Facci.

Graças a essas presenças, graças ao setor de taquigrafia, aos funcionários da Casa, aos funcionários diretores, a CPI caminha e caminha bem.

Queremos agradecer, mais uma vez, a todos que têm prestigiado as reuniões.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrado o Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Muitas vezes, inclusive recentemente, em nossa região, fomos taxados de derrotistas e pessimistas. Mas, nós não queremos ser pessimistas.

Queremos apenas alertar para uma realidade que nos inquieta. A faixa de fronteira está se descapitalizando. O povo está se retirando. E isto é sintoma de falência. Carecemos ser socorridos, não com falácias, mas com medidas sérias.

Já nos cansamos de apelar ao bom senso. Já invocamos todos os princípios democráticos para explicar a nossa posição, e fazermos-nos entender. Procuramos examinar todos os raciocínios possíveis para explicar o porquê das normações de prefeituras em áreas ditas de segurança nacional.

Ninguém soube nos explicar. Mas a verdade é que este mal alterou profundamente a vida social-política e econômica dessas áreas. Serviu paenas para levar o povo progressista à falência da vida pública em todos os sentidos.

ABSURDO DOS ABSURDOS, inacreditável, incompreensível, irracional. Em nenhum momento da triste e obscura história que se passa nas áreas de segurança nacional, houve quem desse uma explicação cabível e razoável do porquê das nomeações e qual o critério adotado.

Há quatorze anos o município vem padecendo sob o desmando de mandatários sem que nos ofereçam uma razão para suportá-los. A mentira, a farsa, a demagogia, a prepotência e o abuso de poder, são armas típicas no campo político dos aproveitadores de cargos e malfetores do povo, geralmente criados com roupagem típica de um donatário.

A verdade, no entanto, deve prevalecer sempre, para que cada político, cada homem público em suas diferentes funções, não atinja seus semelhantes pela sujeira da politicagem que se configura nas perseguições, injustiças e, pior ainda, nas ameaças que entendemos como atos de moleques e de homens mal intencionados.

Em Mal. Cândido Rondon, grassa o fantasma da politicagem barata, grassa o peleguismo e a prepotência calcada na arbitrariedade de homens que se dizem benfeitores, quando na verdade exercem funções públicas como ditadores da ordem e que se julgam no direito de mandar e desmandar no que não lhes pertence, nem de fato, muito menos por direito, começando pelos cargos e mandatos que exercem.

O município é uma Nação miniaturizada. Tem tradições e origens próprias, tem personalidade própria, distinta dos demais. É a unidade micro-social, onde a vida humana, longe da massificação, encontra força de expressão, onde cada cidadão contribui para enriquecer com sua personalidade a vida social, política e econômica.

E foi assim que a soma de forças dos colonizadores, tornou possível a criação do Município de Mal. Cândido Rondon, em 1960. Foi o esforço dos pioneiros, dos desbravadores e seus filhos, que tornou viável o desenvolvimento do Município, através de quase duas décadas de existência; por isto, desejo nesta hora manifestar a minha admiração aos pioneiros que colonizaram aquelas plagas; tributar-lhes o meu preito de gratidão e reconhecimento.

E, ao mesmo tempo, quero registrar o profundo protesto contra a safadeza dos que, ao deretar o Município como área de segurança nacional, defraudaram-lhe a autonomia e a liberdade,

interrompendo o seu desenvolvimento natural.

A maior violência que está sendo praticada contra aquele povo é a imposição de prefeitos nomeados, feitas pelos escalões superiores do organismo nacional, à revelia dos sentimentos, das aspirações e das tradições políticas que iniciaram a vida autônoma do município.

Por isso mesmo, proclamamos como injusta e antinatural a imposição ao município, para gerir seus destinos, de titulares do Executivo Municipal, frutos de conchavos e lutas de bastidores, escolhidos por autoridades maiores da República, a seu único e exclusivo talento. E quere-meles que isto signifique "segurança nacional!"

Risco para a segurança nacional é negar aos municípios na discriminação das receitas públicas, os recursos indispensáveis para prover as suas necessidades essenciais, obrigando os prefeitos a transformarem-se em mendigos, buscando auxílios nas esferas estadual e federal, quando tais recursos numa adequada discriminação, poderiam e deveriam ficar no município. A autonomia municipal foi reduzida a simples farrapo de papel, deixando de existir, pois se institucionalizou a escravidão dos municípios aos interesses do Estado e da União.

E é nesta ausência de autonomia municipal que reside um dos mais graves perigos para a segurança nacional, para a qual chamamos nesta hora a ação das autoridades maiores da República e do Estado. Só o município livre, com direito a escolher os seus próprios governantes, e que dispõe de recursos próprios, capazes de prover as suas necessidades essenciais, é célula sadia e atuante, capaz de fortalecer o organismo nacional.

Por isso, nós do MDB, já viemos apontando há mais de uma década a solução que está no município livre com autoridades eleitas pelo povo e não impostas, com recursos suficientes para as necessidades que cada vez mais se multiplicam com encargos e transferências de responsabilidades onerosas de ministrar o ensino de primeiro grau.

O POVO

O povo de Mal. Cândido Rondon, que tão bem soube escolher os seus primeiros Prefeitos, continua hoje, mais que então, capaz para escolher quem deverá dirigir os seus destinos. E isto nunca pôs em risco a Segurança Nacional.

Quando recentemente se comentava a possibilidade de eleições diretas para Prefeitos das chamadas áreas de Segurança Nacional, a idéia rapidamente se fermentou no seio popular, fazendo inclusive, com que a Rádio Difusora de Mal. Cândido Rondon realizasse uma pesquisa de opinião pública em torno de prováveis candidatos.

Estivemos no município e pudemos observar que o povo lembra com saudades as primeiras administrações. Como era quase impossível então enfrentar a difícil tarefa de administrar um município nos primórdios de sua criação, sem recurso algum. Um dos Prefeitos mais lembrados é o ex-Prefeito Arlindo Lamb. Ouvíamos o povo contar com entusiasmo aquelas primeiras façanhas, quando em mutirão popular, construíram as primeiras pontes, abriram estradas à custa de foices e picaretas, até que aquele saudoso ex-Prefeito conseguiu, a partir de recursos privados, adquirir a primeira moto-niveladora para aquele município.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os biônicos nomeados esbanjam consideráveis somas do dinheiro público em megalomanias de segunda ou terceira necessidade, como é o caso do luxuoso Paço Municipal de Mal. Cândido Rondon, a inóqua máquina varredora, e porque não falar das campanhas políticas que também absorvem grande parte da economia municipal.

Em lugar dos mutirões, realizados no esforço dos municípios e que evitavam o assunto de taxas e impostos, surgiram fabulosas autarquias e empresas de capital misto com sobre-

carga de super-funcionários, encarecendo a vida pública ao ponto de esvaziar a população urbana na sede e nos distritos.

Fora, construídos pontilhões com exagerados orçamentos que mereciam inclusive investigação de uma Comissão de Inquérito.

Com o aval dos biônicos criaram-se várias empresas e cooperativas que atentaram contra a economia popular, como é o caso da vila do BNH Cooperativa de Eletrificação Rural que recentemente esteve sob intervenção do INCRA, e que atualmente encontra-se seriamente ameaçada pela COPEL que atua na mesma área, com os mesmos propósitos.

Na esperança de estarem contribuindo para o progresso do município, e no desejo de verem sua cidade crescer com indústrias, a população várias vezes foi enganada na compra de ações de firmas fantasmas, como foram os casos da SIROSA e da RICASA. E isso ocorria sempre com o aval daqueles que vêm se sucedendo no poder por mais de década, e que são verdadeiros aproveitadores da boa fé da nossa gente rondonense.

Hoje a população está seriamente ameaçada de extinção. O esvaziamento do campo e da cidade é alarmante. As pequenas indústrias manufatureiras estão paralisadas ou paralisando suas atividades; o comércio antes tão profícuo, está hoje estagnado. Nas avenida principal de Mal. Cândido Rondon, observa-se muitos prédios vazios para serem alugados. Os valores imobiliários caem dia a dia.

Enquanto isso, as mesmas autoridades co-responsáveis pela falência, na tentativa de iludir o povo mais uma vez, ficam propalando aos quatro cantos a salvação está na Binacional Itaipu; que Mal. Cândido Rondon se transformará num terminal turístico, que o ex-Governador Canet Júnior pretende fazer grandes investimentos imobiliários, dizendo à população que plante flores em seus jardins, melhorando assim o aspecto turístico da cidade. . . e tantos outros sonhos mais.

Não é de duvidar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que amanhã ou depois estarão oferecendo ações de turismo à população, repetindo-se o latrocínio praticado nos casos SIROSA e RICASA.

As mudanças na forma de retenção de impostos no município e a rotatividade no Poder, através de eleições livres, são hoje um dos imperativos para livrar o povo da situação de opressão.

Se essa medida urgente e muito mais séria que as falências de um terminal turístico for prorrogada por mais tempo, a irresponsabilidade administrativa, o abuso do poder e o tráfico de influências, terminarão por destruir o que ainda sobrevive às duras penas sob a poderosa mão do déspota.

O POVO ESTÁ DESENCANTADO COM A SITUAÇÃO. JÁ NÃO RESISTE À OPRESSÃO.

O povo de Mal. Cândido Rondon não está tão satisfeito como apregoa determinado representante daquele município nesta Casa. Lá não existem maravilhas, tampouco maravilhosos. Lá, a situação está realmente séria e merece a preocupação do Governo. O povo está despertando, e já não é mais tão fácil para o Partido do Governo ganhar eleições naquele município.

Tanto é, que em plena efervescência da idéia de eleições diretas no município, ventiladas por declarações na imprensa, do atual Governador do Estado, o nobre Deputado Werner Wanderer, percebendo prejuízos eleitorais para seu Partido, resolveu esfriar a idéia, declarando na Rádio local que não mais haveriam as comentadas eleições. Tentando desta forma, colocar uma ducha de água fria sobre a opinião pública, diante da qual levava nítida desvantagem, nas pesquisas realizadas pela Rádio Difusora em torno de prováveis candidaturas.

O povo de Mal. Cândido Rondon, pacífico, ordeiro, de descendência européia em sua maioria, e por isso mesmo, submisso e respeitador da autoridade constituída, não está a

merecer tratamento de tamanho desrespeito. A prova de profundo respeito ao governo e às autoridades, está na constatação de que aquele povo sempre "votava" maciçamente no partido do Governo. Foi em Marechal Cândido Rondon que a ARENA obteve as mais expressivas vitórias eleitorais do País. Infelizmente os políticos não souberam preservar a confiança, o carinho e a dedicação com que foram agraciados. Tentaram apenas mantê-los aliciados eleitoralmente, como se fosse Mal. Cândido Rondon, um curral eleitoral, impondo-se com perseguições, comercializando consciências, impondo-se enfim, o respeito pelo medo. E quanto mais medo fizeram, nestes últimos anos, mais medo tiveram do povo nas urnas de 1978. Não entenderia eu, Senhor Presidente e nobres Deputados, a votação que recebi em Rondon, maior reduto arenista do País há algum tempo, se não fosse a crença daquele povo em nossa pregação democrática e libertária. Tão profundo é o desejo e a sede por liberdade e justiça, que o povo votou, muitos pela primeira vez, na oposição, para demonstrar seu descontentamento. Pesa ainda o fato de ter sido uma campanha do "tostão contra o milhão" dos que dispunham de todos os meios para massacrar até mesmo a intenção de votar na oposição."

Concedo o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Gernote Kirinus, não é surpresa para nós, que somos da mesma área, ou que atuamos na mesma região política, V. Ex.^a vem fazer esses relatos, que são absolutamente verdadeiros, com o meu testemunho, inclusive, porque, como advogado, cheguei a atuar, ou melhor, comecei no início da minha carreira, no problema da sirosa. Foi um dos mais caóticos problemas de ordem jurídica, de ordem social, uma das mais hediondas explorações em que participaram, inclusive, homens do poder, e é lamentável que V. Ex.^a vem despir aqui depois de tantos anos, como se fosse exatamente a medula do problema ali de Cândido Rondon e circunvizinhança. E não tem porquê não se falar, e sobretudo nessa hora que não há mais como segurar a fechadura e que se fala já em abertura, não há mais como se suportar que esta porta se demore para abrir de uma vez e que se fale, que se proclame, que se delineie os caminhos tortuosos de toda aquela região Oeste do Paraná, e não é menos verdade que V. Ex.^a diz do saudoso Lang, que foi um dos batalhadores, apesar de termos, nos últimos anos de sua vida, estarmos em trincheiras de sua vida, mas quero crer, Deputado, que foi um homem que morreu infeliz, infeliz porque ansiava, desesperadamente — morreu politicamente, eu estou dizendo — ansiava desesperadamente, por eleições livres, e ele vendo, abandonou até com desagrado, porque não há razão de Marechal Cândido Rondon e de nenhuma outra comunidade fronteiriça ou próxima à fronteira, ser declarada como do interesse da segurança nacional. Isto é uma manobra dos maquiavélicos homens que hoje ainda estão encastelados no Poder, e não se pode justificar jamais, que municípios progressistas como esses, quem sabe até, as aves de rapina, que continuam sentados nas cátedras posso dizer até, mantendo este estado de coisas.

E não é menos verdade, nobre Deputado, que o povo, e não falo aqui, para ufanar uma posição até deste correligionário que está na tribuna, muito pelo contrário, é porque não existe mais, aquela esperança de mobilizar-se, de equacionar-se o progresso econômico, social, político, institucional, ali também em Marechal Cândido Rondon, de outra forma que não, as alternativas do regime democrático. Porque nós não estamos vivendo em regime democrático. E muitas vezes, eu chego até a exacerbar este pensamento do que seja democracia. E louvo o pensamento e a locução de V. Ex.^a, desta tribuna. Precisa-se fazer eleições livres, livres, ou quando tem eleições quase livres, já é uma vitória para o povo, tanto que V. Ex.^a veio para cá louvado até nesta inspiração.

E é exatamente neste ponto, que eu acho que muitos escândalos ainda existem. Escândalos porque todo radicalismo, toda oligarquia, e todo o processo arbitrário de eleições, traz no

seu bojo, os efeitos defectivos da frustração popular.

E não é que eu queira dizer que V. Ex.^a, é um efeito desta frustração popular. Mas é do anseio de liberdade, aquele povo da região, sobretudo, de Marechal Cândido Rondon, que construiu aquela civilização na base do machado, da foice, do serrote, e das serras picapau, e porque não dizer também, daqueles tabuleiros em que um ficava em cima o outro em baixo, por isso até, que tem um ditado que nós serrávamos o de baixo para exaltar uma civilização que hoje é exemplo de dignificação do processo econômico que o Governo tanto fala, do Paraná e que só agora, chegou o Poder Público para dar, viabilizar o sistema viário daquela região. E agora, depois de tudo isso, montado, para que a sociedade sofredora vivesse em harmonia, constroem as babilônicas Itaipus, e arrolam-se os projetos gigantes para furtar o senhor posso dizer, e muitos trabalhadores desalentados já, na sua vida anciânica, na claudicância já, da sua idade, o desalento, e morrer com aquela infelicidade, como muitos líderes morreram politicamente.

Louvo V. Ex.^a e quero crer, que aquele povo em breve, terá realmente pela expressão de legitimidade, do sentido nacionalista, saído da raiz do bojo, do pensamento, do âmago da alma daquele povo e de todo o Brasil se Deus quiser, o anseio de liberdade.

Parabéns a V. Ex.^a.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o nobre Deputado pelo seu aparte, que veio enriquecer o nosso pronunciamento, e até diria ao nobre Deputado, de que não me envergonho dizer que a minha eleição em grande parte foi fruto da frustração popular, que anseia por liberdade. Não me envergonho dizê-lo...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Não que eu diga, Deputado, e sou testemunho disso a V. Ex.^a.

O SR. GERNOTE KIRINUS — E por isso mesmo, para manter-me na coerência de pregação eleitoral e ação parlamentar, eu não poderia calar-me diante do descontentamento daquele povo, e por isso o faço desta tribuna, um arauto dos anseios daquela população.

Venho, portanto, trazer ao conhecimento desta Casa o desespero e a angústia, agravada pelos anos de espera, de um povo que sofre sob a mais incrível forma de espoliação. Declaro em alta voz e bom som, que o povo de Marechal Cândido Rondon está insatisfeito. Está insatisfeito diante da hipertributação. Em Marechal Cândido Rondon paga-se as mais altas taxas tributárias de toda a região Oeste do Paraná. Ocorre inclusive a bitributação. A administração municipal daquele município especializou-se no ramo de tributação ao ponto de entender cobrar duas vezes o mesmo imposto e só se escaparam aqueles que tiveram recibos guardados em suas casas. Isto para não mencionar o moderno sistema de bonificar os mais abastados e discriminar os menos privilegiados favorecendo assim e fazendo assim que os que menos recursos têm, mais altas taxas de impostos pagam naquele município. Tudo isto graças à arbitrariedade, graças aos Prefeitos nomeados.

O Sr. Tércio Albuquerque — V. Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gernote Kirinus, nós que apesar de participarmos de agremiações partidárias diferentes, mas que fazemos política na mesma área, gostaria, em primeiro lugar, enaltecer o nobre Deputado que traz a esta Casa diversos pensamentos da população do Ceste paranaense, especialmente de nossa área, que é considerada Faixa de Fronteira.

Nós, que participamos da Aliança Renovadora Nacional, tivemos a oportunidade de pedir, solicitar a S. Ex.^a o Presidente da República, João Figueiredo, as eleições diretas na Faixa de Fronteira. Assinado este telex, que foi encabeçado pelo Deputado Fuad Nacli, sustentei a minha palavra, a minha assinatura, percorri todos os municípios de minha área, onde faço política, procurei elaborar uma lista e levar ao conhecimento do povo,

às pessoas candidáveis, com capacidade de administrar o seu município, eleito pelo povo. E tivemos a oportunidade de ver toda a população do Oeste paranaense, da Faixa de Fronteira, de Segurança Nacional; reuni os seus diretórios, seus sub-diretórios, as lideranças comunitárias e pedi apelar por eleições diretas.

Esta esperança, em mim, não morreu; porque sou otimista e tenho certeza absoluta que nós haveremos de assistir, ainda no decorrer desta legislatura, as eleições diretas na nossa Faixa de Fronteira. Tenho tido diálogo com a alta cúpula do meu Partido, na esfera federal, tenho demonstrado, apresentado dossier elaborado pela comunidade, que o povo está ansioso por eleições. Mas o que me deixa estarecido, entristecido, é o caso especificamente de Medianeira. O município que quando foi declarado de Faixa de Fronteira, realmente era, porque Santa Helena era um distrito seu e Santa Helena está na faixa de fronteira.

Depois da emancipação de Santa Helena, não há porque continuar Medianeira na Faixa de Fronteira. E este apelo nós fazemos e se Deputado Federal fosse, nós já teríamos elaborado um projeto extinguindo Medianeira da Faixa de Fronteira. E o povo de Medianeira tem conhecimento de que não é mais da Faixa de Fronteira. E o nosso partido, a ARENA, também está atenta a esta reivindicação da população e embasado na lei, na veracidade do fato. Haveremos de lutar juntos.

O que não podemos, meu caro amigo Deputado Kirinus, é incriminarmos também pessoas que não participaram do processo, que hoje realmente estão na cúpula política, na cúpula que manda no Estado, mas que na época não participaram da política, quando foi denominado de Faixa de Fronteira, Segurança Nacional, inclusive nomeando pessoas de capacidade que nunca tiveram e não adquiriram ao longo do tempo, dentro da administração municipal. E que passam por esta Prefeitura há mais de dez anos governando. A ARENA é contra isto; a ARENA reivindica eleições. Não é só o Partido da Oposição; nós também queremos, em benefício da nossa população, a realização de eleições diretas. E gostaria que quando o nobre Deputado frisasse isto, também alertasse e atentasse que os Deputados arenistas da área querem eleições diretas, a menos que haja algum que voltou atrás.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS -- Agradeço nobre Deputado pelo seu aparte e gostaria de dizer, exatamente por ansiar por eleições livres na Faixa de Fronteira, é que eu escolhi aquele partido que já vinha sustentando esta tese desde o início do seu surgimento, que é o nosso partido, o Movimento Democrático Brasileiro.

Mas, continuando, Sr. Presidente.

(Lê). "Assim não vai sobrar ninguém para contar como é que foi. O povo está insatisfeito diante dos desmandos cometidos a nível do ensino, pois, o magistério deve ser isento de influências político-partidárias e político-eleitorais. Os professores a quem rendemos a nossa homenagem, devem ficar livres de quaisquer pressões estranhas às funções, para que possam dedicar-se com todo o seu esforço, inteligência e carinho, à formação do jovem de nossa terra. Isto, entretanto, não ocorre em Rondon. Obrigamo-nos a protestar contra o mandonismo de caciques políticos no setor do ensino público e particular, que tem aliado do labor educativo professores de escolas, simplesmente porque não se dobravam aos apetites político-eleitorais dos biônicos. -- Insatisfeito diante do desrespeito à legislação trabalhista, pois os trabalhadores do campo e da cidade, estão sendo vítimas de empregadores inescrupulosos que desrespeitam a legislação trabalhista e os exploram como se neste País não existissem leis trabalhistas, de proteção ao trabalho. Além da falta simplesmente de trabalho ou emprego, falta também o respeito aos direitos do trabalhador.

Insatisfeito com o atendimento do INPS, "sendo que os

contribuintes têm direito a um atendimento melhor. Não compreendemos que o INPS, tendo uma fabulosa arrecadação em nosso município, não crie melhores condições de atendimento, nem consiga melhor celeridade na concessão de benefícios e a delegação de competência ao Posto local, despachar assuntos que dependem exclusivamente de Cascavel". Insatisfeito com os desmandos do delegado de Polícia local, que faz o jogo dos caciques políticos. Os caciques fazem-se acompanhar de policiais quando vão à uma escola convocar uma reunião de Pais e Mestres e a convertem em reunião político-eleitoreira. E em Campos Salles inclusive houve o uso de força policial para afastar do recinto um pai que protestou contra a forma enganosa de reunir o povo para fins políticos.

FINALIZANDO: O descontentamento e a insatisfação se demonstra também na flagrante diminuição da população rondonense. O número de alunos nas escolas está decrescendo e escolas estão sendo fechadas porque a redução de alunos não compensa mais sua manutenção.

Os agricultores, o comércio e a indústria descapitalizam-se cada vez mais, as melhores forças de trabalhos procuram outros centros ou então, emigram para o Paraguai, levando consigo preciosos recursos financeiros, materiais e técnicos.

Diante desta situação, quando simples pedidos de normalidade da vida democrática são negados, entendemos que estão tornando impossível a resistência pacífica, e os responsáveis por esta situação são os que falam de paz e harmonia, mas estão a gerar violência.

A situação é grave pois silenciaram e congelaram as vozes dos que defendiam eleições diretas, e aumentou o rugido das prorrogações de mandatos, o que seria fatal ao povo rondonense. Aumentaram as vozes dos democratas adormecidos que propunham a extinção dos partidos, antes mesmo de se cumprir com a redemocratização nacional. Fala-se muito em "pacotes" e quase nada em democracia. (Segundo o radialista Carlos Araújo, de Cascavel, o governo a continuar na criação de pacotes, deverá nomear para os ministérios, funcionários de supermercados, pois estes já estão acostumados com pacotes.). A idéia de eleições nas áreas de segurança nacional, está sendo congelada. Quer nos parecer que mais uma vez fomos enganados. E estávamos enganados quando acreditamos em eleições livres e diretas na faixa de fronteira.

Alusões feitas sobre o assunto, não passaram de um relâmpago na noite negra da ditadura -- e agora sabemos que este clarão de luz, vinha a anunciar apenas uma tormenta de "pacotes" que haverão de prolongar a vida do tirano e com isto a escuridão e o sofrimento do povo.

E esta nossa previsão, oxalá seja apenas um pesadelo, porém se vier a confirmar-se, nada mais nos resta a dizer ao povo rondonense: e a toda a população da faixa de fronteira: "O ÚLTIMO AO SAIR, APAGUE A LUZ".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Diante do horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O MDB dedica esta semana de liderança, para falar mais uma vez a respeito do polêmico e debatido assunto "Anistia".

(Lendo): "O Governo anuncia seu projeto de Anistia. E em torno dele procura captar a simpatia popular que há muito tempo vem exigindo medidas que permitam a recondução do País à democracia. Mas a Anistia que o Governo anuncia, não é a Anistia que o povo exige. Hoje, uma das questões centrais em debate é a amplitude que a Anistia deve ter. Enquanto os diversos comitês e entidades em defesa da Anistia formados em todo o País apoiam a Anistia Ampla, e Irrestrita, o regime militar já anunciou que estuda projetos de uma Anistia parcial e discriminatória.

Este tem sido o comportamento do regime nestes últimos tempos. Diante da pressão popular, apresenta meias medidas, so-

luções incompletas que não são soluções e que servem apenas para ampliar sua sobrevivência. A Anistia parcial é uma falsa resposta às aspirações da maioria da população. Prova disso são os resultados da ampla consulta realizada pelo Instituto Paulista de Pesquisa. Mais de 50% dos brasileiros das grandes cidades são favoráveis à Anistia ampla. Apenas uma pequena parte, cerca de 6% são favoráveis à Anistia parcial enquanto 25% se opõem à Anistia.

Estes dados são suficientes para demonstrar o ânimo popular, a expectativa nacional de uma Anistia completa que signifique o primeiro passo a caminho de um novo pacto social que consulte os interesses da maioria.

O regime se utiliza de engodos e manobras para tentar confundir a opinião popular. Afirma que a Anistia vai libertar o preso comum, afirma que o corrupto não poderá receber o mesmo benefício daquele que cometeu o chamado "crime político".

Mas isso já não surte os efeitos esperados. A cada dia que passa o povo está mais consciente daquilo que lhe interessa. Senhores Deputados.

O povo brasileiro pede uma Anistia ampla, geral e irrestrita como recuperação dos direitos de todas as classes e camadas sociais que estiveram impedidas de se organizar e expressar suas aspirações nestes quinze anos de arbítrio.

Pede-se também a reparação dos direitos feridos daqueles que sofreram toda sorte de punições por se posicionarem e agirem contra o regime.

Anistia significa a reconquista de direitos, o restabelecimento de condições de luta pelos interesses populares. Não devemos esquecer que a violência do regime militar foi aplicada para sustar todas as manifestações políticas que pretendiam melhorar condições de vida para a maioria e defendiam os interesses nacionais. Foram punidos aqueles que, patrioticamente, se levantaram contra o arbítrio para defender os ideais de uma sociedade mais justa, de uma Nação Livre, de uma pátria democrática.

Estes foram os principais atingidos. E a eles devemos uma reparação. Levanta o regime uma alegação de que não devem ser anistiados os que cometeram "crime de sangue". Ora, Senhores Deputados, sabemos que estes quinze anos de regime militar são os responsáveis pela situação que vivemos. Quem estimulou a violência, quem impôs o arbítrio não foram os que estão presos, exilados ou mortos e desaparecidos. Já não há lugar, para a farça da tortura em nome da democracia. Do assassinato em nome dos direitos humanos. Da legislação de exceção em nome do cristianismo. Hoje, todas as forças sociais pedem democracia, respeito aos direitos humanos e aos princípios cristãos e sabem que isso só será possível quando for devolvido ao povo o direito de escolher seus próprios destinos.

O povo está farto de manobras dos democratas de última hora. Quer de volta os seus líderes, quer reverenciar seus mortos e por fim a esta longa noite de violência e traições. Historicamente o Brasil é um País que já teve, do Império aos nossos dias, a concessão de 35 Anistias. E todos sabem que esta é a maneira de começar a reconstrução da Nação. Contra ela se levantam os poucos beneficiários da tortura. Aqueles que viram os seus lucros crescerem com o sufoco dos trabalhadores. Aqueles que participaram das propinas destinadas aos que entregaram o País ao capital estrangeiro.

A Anistia não atingirá apenas aos presos políticos e aos atingidos pela legislação de exceção. É a primeira condição para devolver ao povo o direito de lutar pelos seus interesses."

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Friedrich — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, esse problema de anistia pode, às vezes, parecer como até quase cansativo. Mas, acontece que quando nos dispusemos a um tipo de luta de consciência cívica, de espí-

rito superior, temos que insistir toda hora, todo dia, todo instante.

O exemplo mais característico da necessidade de anistia tivemos, há poucos dias, no Brasil. O estudante acusado de participação em movimento, ou idéias subversivas, acabou sendo preso, no Nordeste.

Nesse processo de prisão, sem a menor defesa, sem a menor consideração, torturado, seviciado, foram-lhe extirpados órgãos, esse estudante chamado Cajá, acabou indo a um julgamento. Nesse julgamento, após praticamente um ano em que ele sofreu todos os tipos de torturas, passando, enfim, pelos expedientes mais negros que podem haver, na arbitrariedade, o julgamento sentenciou-lhe um ano de prisão.

E ele já passara mais de um ano na prisão, salpicado esse período por todo tipo de violência. Pergunto, nobre Deputado, como é que podemos falar em anistia restrita? Como é que podemos limitar uma anistia, quando estamos sentindo, no dia a dia, agora, recentemente, há menos de trinta dias, o julgamento de um jovem, de um estudante, que recebe a pena de um ano de prisão, mas que já passara mais de um ano na prisão? E que, durante esse período sofrera toda espécie de torturas que, inclusive, sofreu a perda de órgãos?

Anistia restrita a quem? A quem interessa, ou a quem beneficia?

O exemplo, para mim, mais típico é o desse estudante Cajá. Não interessa o mérito de suas idéias, neste instante. Interessa efetivamente o aspecto humano, a seriedade com que devemos tratar os Direitos Humanos que o Brasil subscreveu. E quando alguém subscreve alguma coisa, deve respeitar.

No entanto, hoje, vemos a "pasta preta" de um Ministro, levar um projeto, às escondidas, sem o debate nacional suficiente, sem que o povo possa, efetivamente, participar de todos os segmentos desse documento, de todas as disposições que possam nele conter, isso, realmente, é um primeiro passo — vamos admitir.

Mas, fatalmente, ilustre Deputado, em cima do que acabou de acontecer com o estudante Cajá, em cima do que aconteceu com todo esse processo que acabou lhe prescrevendo um ano de prisão, quando ele já havia cumprido mais de um ano, sofrendo todo tipo de torturas, isso significou para ele, e para todos seus familiares, para a classe estudantil e para a consciência nacional, a maior agressão que pode existir sobre um ser humano.

Por isso, não aceitamos a anistia parcial.

Haveremos de lutar para que ela venha, e definitivamente. E tenham certeza aqueles que não admitem a anistia ampla, geral e irrestrita, que, dentro de pouco tempo, teremos a anistia ampla, geral e irrestrita, mesmo que ela não venha agora, porque essa é parcial. E ela jamais, na História do Brasil e na História da Humanidade, atendeu a não ser interesses imediatistas. Porque, a médio prazo, ela virá definitivamente.

Por isso, a oportunidade ainda do seu pronunciamento. Por isso, ainda, a oportunidade do MDB continuar voltando e revirando esse assunto que pode estar cansando alguns ouvidos, mas não haverá de cansar a consciência dos que querem, efetivamente, a conciliação nacional.

Obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Obrigado, nobre Deputado, cansa realmente aqueles que não querem saber de anistia, que vêem a anistia como uma concessão, e não, como um direito que tem o povo brasileiro.

O Sr. Waldyr Pugliesi — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Nestor Baptista, acredito que devemos, todos nós da resistência democrática, continuar esta luta em busca da anistia ampla, geral e irrestrita. Perdoem-me aqueles que estão quase que numa maioria absoluta, no outro Partido, mas, é preciso que se diga o seguinte:

Que eles sempre chegam atrasados. Vejamos:

Quando se editou o AI-5 neste País, lembro-me que, como Vereador, logo em cima da edição do AI-5 fizemos pronunciamentos contra aquele ato que havia sido editado e que formou neste País, todo um verdadeiro coro de defesa daquele instrumento de exceção; e depois de dez anos de luta do povo brasileiro, a erradicar o AI-5.

E assim também é com a anistia.

Vejam bem: aqui mesmo nesta Casa, meses atrás, um ilustre Parlamentar da ARENA falou que não seria permitido nunca, neste País, que se desse anistia a Leonel Brizzola, a Arraes, a Luiz Carlos Prestes e a outros. Mas, hoje, aqueles que ditam normas neste País estão, segundo sabemos, predispostos a conceder esta anistia! E eu gostaria de ver a posição daquele Deputado, e de outros que sempre procuraram ser mais "realistas do que o próprio rei". E como bem disse o nosso companheiro Nelson Friedrich, se a anistia irrestrita não foi conseguida hoje, ela será conseguida amanhã, através de luta, porque os homens que estão dominando este País, querem parecer, perante o País, como sendo os que na realidade estão concedendo esta anistia. Simplesmente eles estão adotando estas medidas, reclamadas pela resistência democrática, porque sabem que o chão está lhes fugindo, sob os pés!

Mas, além da anistia, uma luta que todo o povo brasileiro deve realmente enfiar em suas mãos é a luta pelo desmantelamento do aparelho repressivo, porque ele continua intacto. Hoje mesmo ainda, denunciemos da tribuna que, medida nenhuma praticamente foi tomada para se apurar o assassinato de um ex-guerrilheiro deste País, membro das Forças Armadas. E os crimes neste País foram cometidos, foram praticados pelos órgãos de segurança e, são, esses, os donos da tortura, dos beneficiários da tortura, que querem fazer com que o povo brasileiro não alcance a anistia irrestrita e que não chegue ao desmantelamento do aparelho repressivo que, volto a repetir, está intacto, neste País.

Portanto, nobre Deputado, o tema é por demais atual, e está certa a Oposição brasileira quando faz dele, o seu principal instrumento de luta, hoje, para se chegar realmente ao estado de direito democrático, porque após a anistia ampla, geral e irrestrita, para se fazer as coisas ganharem realmente foros de veracidade neste País, haveria a necessidade de se fazer a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e através desta, sim, teríamos a instalação neste País, de partidos autênticos e não forjados nos laboratórios do regime que, esperamos, esteja vivendo os seus últimos dias.

Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Muito obrigado, Senhor Deputado, que, com a sua inteligência, engrandece esse simples pronunciamento.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado, Senhores Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na data de ontem, ouvi o pronunciamento do Deputado Gilberto, com referência à criação do Município de Lunardelli, estampado nos jornais, a criação dos municípios. Hoje, e ainda na data de ontem à noite, recebi telefonemas do Município de Céu Azul e Vera Cruz, com a preocupação da emancipação política daquele distrito, que percente a Céu Azul.

Não poderia deixar de vir hoje aqui, por gentileza da liderança da ARENA, quando estive no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado daquela região, também, Deputado Tércio Albuquerque, que fez um comentário com referência a Vera Cruz, sobre o Município de Vera Cruz e a sua emancipação. Nós tivemos a oportunidade, todos os Vereadores dos Municípios de Céu Azul e Vera Cruz, junto com o Prefeito Muni-

cipal, com o seu Prefeito, com o seu Vice-Prefeito, com o Presidente da ARENA, com os Deputados Federais que representam aquela região e os Deputados Estaduais, e também com o Presidente da Comissão, Senhor Dellatorre, — de acompanhá-los ao Palácio do Governo, numa audiência com S. Ex.^a o Senhor Governador, e ele, como de hábito e costume no seu atendimento, já conhecia o problema. Quando se cogitava nesta Casa da transferência da sede do Município de Céu Azul para o Distrito de Vera Cruz, recebia do Sr. Governador, — que passando por esta Casa de Leis o projeto que estava tramitando, de autoria do Deputado Egon Pudell, que hoje não se encontra nesta Casa, — a palavra de que teria toda a cobertura do Governo do Estado.

Não seria necessário fazer comentário com referência a Vera Cruz.

Temos Deputados, nesta Casa, que militam naquela região, Deputado Tolentino, nosso companheiro e amigo de Cascavel, que conhece muito bem Céu Azul e Vera Cruz, e tantos outros Deputados que conhecem muito bem os Municípios de Vera Cruz e Céu Azul.

Não há necessidade de dizer que Céu Azul também deseja a emancipação do Distrito Judiciário hoje de Vera Cruz, para que tenha o seu Prefeito, para que tenha a sua vida própria, independente da sua sede hoje, que é Céu Azul. Todos os políticos, tanto da Oposição, quanto da Situação, todos Vereadores, tanto de um município, quanto do distrito, estão irmanados com o mesmo pensamento. Acredito que não haverá nenhum problema para tranquilidade do povo daquela região e do município que estão pedindo a sua emancipação, porque o Ato Complementar n.º 46, a consulta ao Senhor Presidente da República, ainda hoje, conversando com o Deputado Gilberto Carvalho, na sua preocupação...

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

Realmente, uma das maiores polêmicas que o Paraná já assistiu a respeito do problema de aquisição de maioria de distritos vinculados a determinados municípios, se deu com o desfecho entre Céu Azul e Vera Cruz. Quero congratular-me com V. Ex.^a, agradecer, com restrições quanto à minha pessoa, simplesmente porque nada mais faço do que procurar exercitar, aqui, a delegação que recebi de grande parcela do povo daquela comunidade.

E o faço naturalmente, visando e buscando o interesse daquela comunidade. Disse bem V. Ex.^a, é hora, tempo e momento, de se fazer a emancipação do Distrito de Vera Cruz do Oeste, estamos desde o início de pleno acordo nesta parte. Pronunciei-me, desde logo, contra o movimento de transferência da sede do município para Vera Cruz, porque seria até uma questão de lesão da honorabilidade dos fundadores daquela comunidade. Isso seria um ato da maior injustiça que se poderia praticar. Entretanto, não se permitindo e não se auxiliando a emancipação do Distrito de Vera Cruz, teria também talvez em grau, gênero e número, a mesma lesão de direito adquirido por aquela laboriosa população. Nós, da nossa parte, da parte daqueles que represento, nenhum obstáculo, em tempo algum, será oposto ou será apostado, a este processo emancipatório, ao contrário, daremos do nosso modesto esforço, todo o empenho para que este processo que aqui tramita, este processo de elaboração da lei, que aqui tramita, seja viabilizado com a maior urgência possível.

Entendemos todavia, que agora, depois de derogado o AI-5 e os seus efeitos por atos complementares, evidentemente, que fica hoje prevalecendo a Lei Complementar n.º 01, Federal, de 1967, e quero crer também, que com o devido respeito, e este foi o meu voto na Comissão de Justiça quero crer que o Poder Legislativo do Paraná está deixando de observar, nós todos parlamentares estamos deixando de observar preceito contido no texto desta Lei Complementar, qual seja, o da consulta

plebiscitária que antecede o processo legislativo.

Este tem sido o meu pensamento e não poderia ser diferente, até como um dever de ofício profissional, como humilde advogado que sou, não poderia preterir este preceito legal, de tal maneira que vencida esta etapa, não há empecilho de natureza legal nenhuma, até o contrário, não há divergência, e o meu voto não só foi, como será favorável à criação desse município. Ou o desmembramento do Município de Céu Azul, criando-se o Município de Vera Cruz.

Estamos de pleno acordo e quero declarar aqui a V. Ex.^a e aos representantes que possam tomar ciência, que a minha posição pessoal é exatamente no sentido desta emancipação, e digo ainda mais, que não só os componentes da Oposição no município e no distrito estão de acordo, mas também, parcela considerável de homens que compõem o partido governista, no Município de Céu Azul, na sede de Céu Azul, que estiveram comigo naquela oportunidade, quando houve aquele desfecho, e nós assumimos até o compromisso de lutarmos em favor dessa emancipação.

Entretanto, este pequeno obstáculo surgido aqui nesta Assembléia por requerimento das lideranças, nada mais, nada menos foi no meu modesto entender, do que uma diligência para acudir, quem sabe até, um problema de natureza jurídico-legal. E é nesta oportunidade que eu quero externar o meu apoio e a minha congratulação ao pronunciamento feito por V. Ex.^a, só lamentando que não se obstrua o processo legal adequado, para que no futuro não se possa, ninguém, do povo, arguir qualquer nulidade no processo de emancipação.

Estou de acordo, votarei sempre e estarei sempre, aqui e em qualquer parte, a favor da emancipação.

Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. FUAD NACLI — Antes de dar o aparte a V. Ex.^a, gostaria de responder ao Deputado Fidelcino Tolentino. Quero agradecer ao Deputado Fidelcino Tolentino, mas quero deixar bem claro, às duas bancadas, que antes de vir a esta tribuna, procurei conversar com o Deputado Fidelcino Tolentino e o Deputado Gilberto Carvalho e os Deputados que têm procurado, junto às suas áreas que fazem política, e que sei perfeitamente do trabalho que V. Ex.^a fez em Céu Azul e Vera Cruz, procurei saber de sua posição, por isto é que eu disse o vosso nome, desta tribuna. Mas quero deixar bem claro...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço, Sr. Deputado.

O SR. FUAD NACLI — ... que a posição do Líder de nossa bancada, não tive oportunidade de conversar com ele, porque não estava aí, que apenas o requerimento foi para que não houvesse dúvida, no dia de amanhã, deixando bem claro, porque a lei complementar é bem clara, como V. Ex.^a disse, a Lei Complementar n.º 1 é bem clara, deverá ser feito o plebiscito...

O Sr. Fidelcino Tolentino — E eu digo a V. Ex.^a, se me permite, que a nossa bancada está perfeitamente de acordo com a emancipação. É a referência que queria dar a V. Ex.^a.

O SR. FUAD NACLI — Mas eu não disse, em nenhum momento, nobre Deputado, que a bancada não estaria de acordo, apenas quero deixar na Casa a minha posição e a preocupação do povo daquela região, dando conhecimento; porque aqui está o Presidente da Comissão da emancipação do município, que saiu ontem de Vera Cruz, que está nesta tribuna, para sentir de perto a situação. Se não viesse à tribuna, ficaria em uma situação até duvidosa.

Quero deixar bem clara a minha posição. Tem o aparte, Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho — Agradeço a atenção de V. Ex.^a, nobre Deputado, e quero dizer que lamento o episódio que aconteceu ontem, aqui nesta Casa, vindo retardar a aprovação dos projetos de lei. O Deputado Egon Pudell, antes de

viajar, pediu-me que requeresse a dispensa da publicação na Redação Final, porque ele esperava que ontem fosse aprovado em segunda votação e eu me comprometi de requerer a dispensa. Infelizmente, surgiu este episódio, mas creio que irá entender, porque, de acordo com a Lei Complementar, e com a alteração já desta própria lei, em que diz que os municípios serão criados de seis a dezoito meses antes das eleições, de forma que ainda há tempo para que sejam criados todos os municípios e satisfaçam as exigências.

Eu, na segunda-feira, pretendo apresentar um requerimento, ao Sr. Presidente desta Casa, no sentido de que seja cumprido o artigo 3.º da Lei Complementar n.º 1, encaminhando ao Tribunal Eleitoral, para que marque o plebiscito daqueles municípios. É uma maneira de nós demonstrarmos a união e o interesse daquele povo, na criação dos municípios que se propõe, Vera Cruz do Oeste, Tupãssi e Lunardelli. Tenho certeza que nós haveremos de atender as justas reivindicações destes municípios, que pretendem a sua emancipação política.

Cumprimento V. Ex.^a pela defesa que faz e espero encontrar o apoio de todos os Srs. Deputados na liberação destes municípios, para que se emancipem; porque nós, como V. Ex.^a teve a oportunidade de participar de patrimônios que ajudou a criar o distrito, ajudou a criar o município, sabe o sofrimento e a luta deste povo, para que tenha sua independência e possa trabalhar melhor em favor de seu povo.

Muito obrigado.

O SR. FUAD NACLI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a e quero antes de terminar, deixar aqui a minha posição com referência à criação de municípios, não só com referência a Vera Cruz, mas aos demais municípios.

Acredito que o bom senso haverá de conviver nesta Casa entre as duas bancadas, principalmente com a Comissão constituída, que nós deveremos elevar aqueles municípios, não só de Vera Cruz, como também de Três Barras e todos os outros municípios que estão pleiteando a sua emancipação desde que preenchamos requisitos que a lei complementar determina.

Apenas para encerrar, quero agradecer a presença do ilustre representante da comunidade de Vera Cruz, que aqui está, e pode levar a palavra do Deputado que fala, e dos demais Deputados, que, dentro de poucos dias, os Senhores terão a emancipação pleiteada! Ouviram o aparte do Deputado Gilberto Carvalho, e do Deputado da Oposição, que darão o apoio ao Município de Vera Cruz, para a sua emancipação.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/77, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina de Foz do Areia. — Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral — por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA**. — **Aprovado**.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/77, de autoria do

ex-Deputado ACCIOLY NETO, que autoriza o Poder Executivo criar sob forma de Fundação, a Universidade Estadual do Litoral, com sede na cidade de Paranaguá e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J., C.F., e FAVORÁVEL da C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 09/79, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que torna obrigatório nas Escolas Públicas e Particulares de Ensino de 1.º Grau, o estudo da disciplina "Ecologia e Meio Ambiente". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/77, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 124/76, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mandaguari, objetivando a execução do artigo 37, do regulamento do Código Nacional de Trânsito. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 42/79, que aprova Convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios que especifica, que com a interveniência da Secretaria do Planejamento e da FAMEPAR, objetiva execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar efeitos da estiagem que assolou o Estado, mediante a absorção de mão-de-obra ociosa. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 46/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 46/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado e o Ministério de Educação e Cultura, objetivando operacionalização e execução dos Projetos "Apoio Suplementar ao Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino" e Habilitação de Professores não Titulados - HAPRONT-PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 47/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 49/79, que aprova convênio celebrado entre o Instituto do Planejamento Econômico e Social - IPES e o Governo do Estado, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a implementação do zoneamento industrial das áreas críticas da poluição. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 54/79, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Guaraci, que com a interveniência de órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 54/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (CABENFALE), referente verba de Assistência Social, período março a dezembro de 1976. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova contas referente recursos repassados pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para a Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa (CABENFALE), referente Verba de Assistência Social - exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C. por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/79, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova prestação de contas do Departamento de Finanças deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C. por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Nova Fátima" CECOM, com sede e foro na cidade de Nova Fátima. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas História de Boiadeiro da Lapa - Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública o "Orfanato Evangélico Luz de Verdade", com sede e foro na cidade de Palmeira. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de utilidade pública o "Lar São Vicente de Paulo de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 56/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Lupionópolis, com a interveniência dos órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 58/79, que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados entre o Governo do Estado, com a participação da Secretaria do Planejamento e municípios nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 60/79, que aprova Convênio n.º 211/78, de auxílio e cooperação celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Sengés, com a interveniência dos órgãos e objetivos que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo

Mensagem Governamental n.º 64/79, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Mandaguaiçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, daquela comuna. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a transferência do horário da sessão do dia 28, para às 10,00 horas da manhã, e a suspensão da sessão do dia 29, em virtude da visita que os Srs. Deputados farão a Itaipu Bi-Nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Osório Teixeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Buffara, Carlos Zanlorenzi e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Virgílio Castagnolli, ocorrido na cidade de Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a construção da rodovia pavimentada no trecho que liga Formosa do Oeste, Paulistânia e Alto Piquiri. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de Monocanal telefônico na localidade de Vila Marquesita, no Município de Matelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja instalado um monocanal telefônico na localidade de Vila Bendo, Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, reivindicando a instalação de monocanal telefônico na localidade de Vila Vitorassi, no Município de Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que sejam criados os Distritos Judiciários de Alvorada d'Oeste, Juvinópolis e Rio do Salto, Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações, com referência à União Paranaense dos Estudantes. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social e aos Srs. Ministro da Saúde e Previdência Social, encarecendo urgentes medidas visando a instalação de uma agência do INAMPS, no Município de Toledo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson

Buffara, Carlos Zanlorenzi e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Wilseck Filho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de que seja restabelecido o fornecimento de energia elétrica para as propriedades rurais dos cooperados da CERCAM de Campo Mourão. — Em votação. O SR. AIRTON CORDEIRO (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbiu-me o nobre Deputado Augusto Carneiro que por motivo de força maior, presentemente, está ausente do plenário, de trazer à Casa, a manifestação de apoio a este requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos. Ao mesmo tempo em que participo à Casa do seu empenho para que a providência ora solicitada seja tomada com a maior brevidade possível, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

O Deputado Augusto Carneiro está interessado profundamente nesta matéria. Já fez várias gestões junto à COPEL e só vê motivos para louvar esta iniciativa do Deputado Deitos que significa um reforço a mais para que esta reivindicação seja atendida.

É a posição que trazemos, em nome do Deputado Augusto Carneiro, também representante de Campo Mourão, nesta Assembléia. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, solicito a leitura do conteúdo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. (É procedida a leitura do requerimento).

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, nós também queremos nesta oportunidade nos congratular com a iniciativa, com o requerimento de autoria do Deputado Darcy Deitos, porque conhecemos também de perto, conhecemos muito bem o problema daquela cooperativa, que vem atrasando serviços de energia elétrica da área rural. Entendemos que foi muito oportuno e que, além do requerimento ora proposto pelo eminente Deputado Darcy Deitos, V. Ex.^a também, se possível, se pronuncie com dados que tenho certeza, V. Ex.^a os tem em mãos, da situação daquela cooperativa, e que este pronunciamento que terá dados por certo convincentes, deverá ser enviado, encaminhado à COPEL e aos órgãos de direito, para melhor conhecimento e melhor esclarecimento do problema atual pelo qual passa aquela cooperativa que trabalha no setor de energia elétrica, ou seja, eletrificação rural daquela região. Portanto, sou favorável e, além de tudo, congratulo-me com o Deputado Darcy Deitos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida pela passagem do 15.º aniversário de sua brilhante atuação na coluna "Gazeta do Povo". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, consubstanciado em pedido de informações quanto à data em que entrará em funcionamento o Posto de Saúde da localidade de São Pedro, Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 164/77, 39, 52 e 68/79.

2.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Resolução n.ºs 50, 51, 52 e 53/79.

1.^a DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 103 e 130/78 e

29/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.º 144/78, 14, 26, 31, 33, 43, 44, 53 e 62/79, e dos Projetos de Resolução n.ºs 12/78 e 32, 39 e 41/79.

Levanta-se a sessão.